

A imprensa na Velha Província 170 anos do “Monitor Campista”. O terceiro jornal mais antigo do país e a morte misteriosa do jornalista Francisco Alypio

Orávio de Campos Soares¹

Campos dos Goytacazes, o maior município em densidade geográfica do Estado do Rio de Janeiro, foi um dos primeiros do Brasil a possuir sua imprensa e isso se deve a diferentes fatores, sendo o mais importante o nítido desenvolvimento econômico promovido pela agroindústria açucareira. No livro “Movimento Literário em Campos” (*Typografia do Jornal do Comércio*, de J. Rodrigues & C., Rio de Janeiro, 1924), o escritor Múcio da Paixão² assinala que ainda era a Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, quando aqui se publicou seu jornal – o “Correio Constitucional Campista” –, fundado pelo português Antonio José da Silva Arcos, que saiu do prelo nos fins de 1830³. Sobre o assunto, antes relevando que “*a propulsão em favor das letras, em Campos, para bem dizer caracterizou-se, inicialmente, no campo das actividades jornalistas, porque a primeira phase da cultura literária entre nós foi exercida no jornal*”, descreve:

“(…) A typografia em que se imprimiu essa primeira folha campista, foi trazida da França por um professor que os ilustres fazendeiros campistas Manoel Pinto Netto da Cruz (posteriormente Barão de Muriaé) e Gregório Francisco de Miranda (depois Barão da Abadia) mandaram contratar na Europa, para o fim de ensinarem a língua francesa às suas filhas.”

Quando surgiu o primeiro jornal da planície, o jornalista Evaristo da Veiga, do “Diário Mercantil”, do Rio de Janeiro – naquela época intemerato agitador das massas, nos dias sombrios que precederam a Regência e a quem o Brasil muito deve pelos seus grandiosos serviços, segundo as anotações de Paixão, (p.11) – fez o seguinte comentário:

“As luzes vão se propagando rapidamente por todo o Brasil, graças ao benéfico influxo de uma Constituição Liberal. A Vila de Campos possui hoje um periódico, o “Correio Campista”, escrito no sentido nacional, e que aparecerá duas vezes por semana. Vimos o primeiro número desta folha, que contém alguns artigos muito bem escritos (...)”

O escritor (op.cit.), também dramaturgo e crítico literário contemporâneo, na imprensa brasileira, de Artur Azevedo, depois de alinhar que a partir de 1830 Campos publicou, até 1924, mais de 500 jornais, “o que devia de provar o nosso culto pela imprensa”, diz que memoráveis são os serviços que a civilização deve ao maravilhoso invento de Gutenberg. E enfatiza: “*D. João V, Rei de Portugal, assim, porém, não o entendia, tanto que despótica e violentamente mandou fechar a primeira typografia que Antonio da Fonseca fundou, no Rio de Janeiro, em 1747, e na qual se imprimiram algumas obras consideradas, hoje (1906), curiosos exemplares bibliographicos, criando um grande período de obscuridade no país*”.

O rei, segundo Paixão (*apud* Evaristo da Veiga), ficou com receio da dinastia dos resultados que traria aos espíritos a fácil vulgarização do pensamento e das idéias. De forma que somente depois da chegada de D. João VI e seu séquito ao Brasil é que foi fundada uma outra tipografia, trabalho creditado a Rodrigo Coutinho, o Conde de Linhares, surgindo, em decorrência, a “Gazeta do Rio de Janeiro”, iniciando o “periodismo” nacional.

Dá para se entender, portanto, porque só depois de 22 anos da chegada da Família Real ao Brasil, fugindo do bloqueio continental estabelecido na Europa por Napoleão Bonaparte, Campos editou o seu primeiro

jornal impresso, através da tecnologia de Gutenberg. Paixão (p.13), descreve os resultados iniciais da imprensa:

“(…) Foi aí o campo onde se exercitaram as nossas primeiras inteligências, reveladoras de tendências literárias. Certamente que não eram muitos os que no começo do século passado (Século XIX) podiam servir às batalhas do pensamento, numa pequenina vila do interior, como, então, era Campos³. Apenas cortado o cordão umbilical que nos ligava à metrópole, mal começávamos a balbuciar as nossas primeiras idéias nacionais, ensaiando os nossos passos de povo emancipado; por este fato, o nosso atraso intelectual corria paralelo à nossa insipiência política. Conquanto a grandiosa claridade da instrução jorrasse apenas sobre algumas classes privilegiadas, todavia, em nossa terra, que acompanhou sempre de perto os progressos da Corte, havia o seu núcleo de homens que pelejavam afoitamente pela nossa emancipação mental, travando renhidos prélios pela justiça e pela liberdade e daí a necessidade, que se fez sentir, da fundação da imprensa campista (...).”

A imprensa, desse modo, inicia, paralelamente, o movimento das letras em Campos dos Goytacazes, porque as atividades de narrar os fatos sociais couberam aos intelectuais: escritores, poetas, advogados, artistas, médicos e outros profissionais liberais afinados com a atividade informacional. O jornal, antes de ser arauto da sociedade mais aquinhoada constituiu-se num canal de comunicação dos letrados. Todavia, a maioria dos trabalhos literários divulgados pela imprensa continha, também, condimentos de participação social e política, como acontecia na capital do Império. O escritor salienta que “*o jornal serviu para proliferação de idéias e dos sentimentos, mesmo de fora das 3 A Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes data de 29 de maio de 1677 e a sua elevação à categoria de cidade aconteceu em 28 de Março de 1835, com o nome*

de Campos dos Goytacazes. *fronteiras da pátria o fenômeno se manifestou...⁴*”.

De conformidade com o pensamento de cada intelectual (jornalista), o debate seguia a tendência política da época, inexistia qualquer bandeira de luta e não se cuidava do desenvolvimento regional, bem como os jornais não registravam questões que permeassem as idéias libertárias, comuns no “Correio Brasiliense”. Nem mesmo se falavam nos meios de produção capitalista e na presença dos escravos nas lavras de ouro, canaviais de cana de açúcar e nos bangüês esmagando a cana para transformá-la no mascavo e na aguardente. A imprensa, dessa forma, nasce como tribuna da intelectualidade e do interesse econômico da aristocracia rural, sem se preocupar com problemas mais graves da sociedade, como desmatamentos, poluição ambiental, despejo de excrementos no leito do rio Paraíba do Sul e os gravíssimos efeitos das epidemias num tempo em que a ciência não tinha, ainda, dominado a produção de antibióticos.

O mais curioso era o fato de as notícias locais terem menos importância do que as nacionais e estrangeiras. Noticiário sempre muito pobre, em termos de conteúdo, artigos intimistas, mas muito bem escritos, e longas transcrições de matérias internacionais, quando, naquele tempo, não tinham muito a ver com a realidade de quem vivia segregado em sua aldeia⁵.

As matérias eram trazidas pela “Mala da Corte”, que chegava a Campos pelo correio terrestre, de 15 em 15 dias. As notícias eram sempre assim: os terremotos das Antilhas, as insurreições na China, os massacres dos cristãos na Armênia, os incêndios nos quarteirões americanos, os nascimentos, casamentos ou falecimentos de príncipes europeus, tudo isso tinha maior valor e interesse para os nossos jornalistas (?) do que os assuntos genuinamente nacionais, quer fossem agrícolas, mercantis ou industriais.

Sobre o surgimento da imprensa campista, Júlio Feydit (“Subsídios para a História de Campos dos Goytacazes”, Editora Esquilo Ltda. Rio de Janeiro, 2ª Edição, 1979), lembra que antes do advento da imprensa em Campos, os jornais eram escritos a mão e redigidos por alguns escritores dos mais inteligentes e desses jornais, que saíam em

dias indeterminados, muitas cópias eram tiradas para serem distribuídas. Mais adiante, descreve, por exemplo, a maior *barriga* da “imprensa” manuscrita daquele tempo:

“Graças à gentileza do sr. Barão de Miracema, tivemos em nosso poder um jornal manuscrito do ano de 1826, com o título “O Espelho Campista” o qual dava a notícia de um alvoroço causado por ter Manoel Alves de Jesus, em 1822, a horas noturnas, feito tocar a rebate os sinos da cadeia e das igrejas, os tambores e as cornetas dos dois batalhões de milicianos, sob o falso pretexto dos escravos se terem revoltado e quererem atacar a vila. O jornal referido era redigido por Prudêncio Joaquim da Bessa⁶⁷”.

Feydit (p.397) cita que em sessão da Câmara Municipal, de 3 de novembro de 1830, Antonio José da Silva Arcos⁷ participou àquela casa ter publicado na Vila um periódico – “Correio Constitucional” – cujo prospecto remetia oferecendo o mesmo para publicação das ordens e atos oficiais. Às folhas 47 do Livro de Atas daquele ano, acha-se o parecer sobre o assunto:

“(…) Antonio José da Silva Arcos participa a esta Câmara que estabeleceu nesta Villa huma tipographia, na qual tem proposta á publicar hum Periódico, logo que saia a luz o primeiro periódico, cujo prospecto remete, offerecendo-se á publicação das ordens e actas desta Câmara no dicto Periódico, logo que saia o primeiro número. A comissão he de parecer que o secretario responda por parte da Câmara agradecendo ao dito Arcos a sua participação, como também aceitando com agrado os seus dezejões de ver prosperar o sistema Monarchico Constitucional por huma medida de maior vantagem para os povos, como seja a da imprensa para a publicação dos sentimentos livres de cada hum cidadão, cuja liberdade amoldada a Constituição do Império. Que a Câmara concorrerá da sua parte

no que estiver ao seu alcance e lhe determina a Lei do seu Regimento, fazendo imprimir pela nova tipographia por elle estabelecida as actas, ordens e papeis dos seus trabalhos municipaes, que vai dar as providências para lhe serem enviadas a comissão, que em consequencia desta proposta, trate sem perda de tempo o secretario de enviar ao Procurador não só extractos das actas do presente anno, como também das contas do anno passado de 1829 cumprindo-se dessa forma os artigos 46 a 62 da Lei de 1º de Outubro de 1828. Sala da Câmara Municipal, 4 de novembro de 1830. a) Andrade, Bettancourt”.

Monitor Campista - O fato da cidade de Campos dos Goytacazes - uma homenagem tardia aos bravos guerreiros que habitavam a planície, que se estende da Cadeia do Mar às lonjuras da Barra do Furado – manter, ainda, o terceiro mais antigo jornal em circulação ininterrupta do país, abre perspectivas para se pensar em sua importância social, política e econômica durante os períodos marcados pela Colônia e pelo Império do Brasil, percorrendo por toda a história republicana até os dias atuais, mesmo com as mudanças circunstanciais nas áreas econômicas, com ênfase para o surgimento da prospecção e exploração do petróleo na Bacia Continental de Campos⁸.

O “Monitor Campista” é, sem dúvida, uma marca do clamor social da cidade, que, no final do século XIX, era considerada uma das principais produtoras de açúcar e álcool, responsável pelo desenvolvimento da Velha Província, assinalando-se que, no eito dos meios de produção, prosperava, infelizmente, o trabalho escravo.

O jornal, segundo Feydit (p.398) foi fundado por José Gomes da Fonseca Parahyba, em 4 de janeiro de 1834, com o nome de “Campista”, tendo sido um de seus mais importantes colaboradores e sócio o dr. Francisco José Alypio, provavelmente um dos primeiros jornalistas vitimados pela prática do direito de opinião, numa terra eivada por fazendeiros e latifundiários altamente radicais com relação ao uso dos escravos como

um bem (deles) de produção capitalista. No bojo de suas citações sobre os jornais da época, há um registro do mais importantes:

“No sábado, dia 4 de janeiro de 1834, apareceu o primeiro número do “Campista”. Este jornal publicava-se às quartas e sábados e era impresso na tipografia Patriótica, estabelecida na rua do Conselho 94. Pagava-se pela assinatura 2\$000 por trimestre (...). O Monitor saiu à luz pela primeira vez na quarta-feira, 4 de julho de 1838; era impresso na tipografia Imparcial, de Bernardino José Maciel. Antes do Monitor, publicava-se o “Goytacaz” e o “Campista”. Do último era o principal colaborador o dr. Francisco José Alypio, que foi assassinado em 21 de dezembro de 1834”.

Quem bem define a junção das empresas dos jornais “Campista” “Monitor” é o escritor Horácio Souza (“Cyclo Áureo”, Artes Graphics da Escola de Aprendizices Artífices, Campos, 1935). Ele registra o negócio, mas determina uma outra data de fundação para o “Monitor Campista” e não a comemorada por ocasião dos 170 anos (4 de janeiro de 1834), tendo como origem a edição do “Campista”. Eis o que ele diz (p.300), sem muitos rodeios:

“O Monitor” fundado por Bernardino José Maciel, apareceu em 4 de julho de 1838, tendo a geri-lo e norteá-lo, em 1840, o bom suíço Eugéne Bricolens e o ótimo campista Thomé José Ferreira Tinoco. Já falamos do “Recopilador Campista” que se metamorfoseara (sic) do “Campista”. Da “filtragem” dessas primeiras flores do jornalismo goytacaz, obteve-se, a 31 de março de 1840, a magnífica essência jornalística que ainda hoje se denomina “Monitor Campista”.

Somente em 1875 o “Monitor Campista” passou a ser editado diariamente, já então sob a direção do dr. Domingos de Miranda Pinto que, em 1879, lega a administração do denominado “velho órgão”, aos seus filhos

João e Anita Alvarenga, demonstrando ser antiga a prática de famílias de empresários dirigindo meios de comunicação. Souza pontua, referindo-se a 1935, data do centenário da cidade de Campos dos Goytacazes, pelas páginas do Monitor cintilaram as penas do dr. Antunes Guimarães, dr. Hemetério Martins, dr. Abelardo de Mello, dr. Ramiro Braga, dr. Luiz Antonio Neves (polemista católico), Theophilo Guimarães⁹, Lyndolpho de Assis e João Barreto. Hoje “(referindo-se ao mesmo ano) cintila pelo acrisolamento do dr. Antonio Joaquim de Mello, dr. Américo Vianna, José Vianna de Castro e Prisco de Almeida (maestro e poeta nascido na vizinha cidade de São Fidélis).

Fica muito difícil, no entanto, registrar nomes de importância para o jornalismo nacional que passaram pela redação do “Monitor Campista” a partir do século XX, embora Paixão (p.15) tenha elogiado a edição diária do jornal creditando este avanço ao trabalho de Alvarenga Pinto e, também, ao fato do surgimento do serviço telegráfico, o que *“ofereceu uma verdadeira revolução na imprensa”*. Sobre a questão técnica, explica:

“A última conquista, já nas proximidades da República, foi a abolição das notícias começadas por gordinho (refere-se ao corpo do tipo), e a criação das notícias com títulos. Poderá parecer sem importância facto tão simples, mas o que é certo é que elle reflecte a ansia moderna de bem servir ao leitor, com um jornal interessante e attrahente.”.

Dentre outros destaques que atuaram no “Monitor Campista”, constam nomes como o do próprio Múcio da Paixão, Francisco Portela (que saiu da direção do jornal para ser o governador da Velha Província). O escritor (p.18) salienta que em 1879, convidado por Alvarenga Pinto, Portela assumiu o cargo de chefe da redação, posto em que se conservou por um espaço de 10 anos, até que, com a proclamação das novas instituições políticas, foi chamado a governar o Estado do Rio de Janeiro. Também escreveram Prudêncio Bessa, J. Magalhães Jr., Miguel Herédia, Viveiros de Vasconcelos, Laerte Chaves, José Cândido de Carvalho

(autor do livro “O Coronel e o Lobisomem” e imortal da Academia Brasileira de Letras)...

Depois, numa lista mais contemporânea, pode-se enfatizar a participação de Oswaldo Lima, Everardo Lima, Luiz de Gonzaga Balbi, José Carlos Cardoso de Melo Tinoco (este foi secretário do jornal durante muitos anos), Vilmar Ferreira Rangel, Hervé Salgado Rodrigues (proprietário do Jornal “A Notícia”, depois de Sylvio Fontoura), João Rodrigues de Oliveira (o “João Grilo”, fundador, no final dos anos 40, do Jornal “Folha do Povo”), Avelino Ferreira, Giannino Sossai, Aloísio Balbi... Da nova geração, José Carlos Nascimento, Cilênio Tavares, Ana Ruth Manhães, Alicinéia Gama, Nágyla Barreto, Angélica Paes, Márcio Fernandes, Patrícia Bueno, Paula Virginia Oliveira, Flávia Barreto, Antonio Fernando Nunes, Carla Cardoso, Ricardo André Vasconcelos e Mariane Pessanha, como fruto do trabalho do Curso de Comunicação Social, da Faculdade de Filosofia de Campos, fundado em 1965, sendo um dos mais antigos cursos do país, consubstanciando o sonho de Teophilo Guimarães que, pelo grande número de jornais circulando na cidade, havia proposto um curso de jornalismo no início do Século XX.

A Morte de Francisco Alypio

O assunto mais intrigante, no entanto, que envolve os primórdios do “Monitor Campista” (com o nome de o “Campista”) é, sem dúvida, o assassinato de seu principal redator e um dos sócios, de forma estranha e não explicada pelos jornais da época, embora, como tradição, circulassem pelo menos quatro periódicos e nenhum deles resolveu levar as investigações às últimas consequências. A bem da verdade, não existem números acessíveis do “Campista”, bem como fica mais difícil até mesmo saber o que o jornalista de 27 anos escrevia, a ponto de justificar um ato truculento contra sua pessoa.

Paixão (p.17) cita-o como “*médico, homem de talento e espírito progressista (...) dotado de um temperamento fogoso e arrebatado, colocado à frente dos movimentos políticos e sociais do seu tempo*”. Teixeira de Melo, autor da obra “Campos em 1881”,

cita-o, ainda, como redator do “Correio Constitucional Campista”, saído à luz em 1830 e do “Goytacaz”, de 1831, para depois falar sobre seu infortúnio, vítima de um crime covarde até hoje insolúvel.

Assassinado a 21 de dezembro de 1834, no mesmo ano da fundação do jornal, Francisco Alypio faleceu, segundo comentários da época, “*por causa de problemas amorosos*”. Feydit, que em suas atividades de homem público foi industrial, delegado de polícia, vereador à Câmara Municipal e prefeito, no período de 1908/1910 (pp. 421-425), fez uma reportagem (inquérito) sobre os fatos, a partir da tradição oral e, também através de retalhos publicados, escassamente, pelos historiadores da época:

“Em 1824 morava em Campos o ouvidor Cabral, no sobrado que faz frente ao rio e canto à rua do Ouvidor, hoje Marechal Floriano, em frente ao porto chamado do Fragata. Pouco tempo fazia que o ouvidor se mudara da travessa chamada do Cabral. Em épocas determinadas, ia o ouvidor levar as rendas do município à província do Espírito Santo. Campos pertencia então àquela província, da qual foi desanexada e unida ao território do Rio de Janeiro, pela lei de 31 de agosto de 1832. O ouvidor era muito rico e a ele pertenciam as fazendas Grande e Barra da Lagoa de Cima, confinando uma com a outra. Por estas duas fazendas transitavam os carros com madeiras que vinham da Lagoa de Cima, antes de ser aberto o canal de Campos a Macaé. (...) O ouvidor era casado com uma mulher de uma beleza pouco comum. Com o ouvidor morava no sobrado o padre José do Desterro, que era tio de Maria Custódia Cabral. O ouvidor voltando de uma viagem a Vitória, um preto velho, que lhe servira de pajem havia muitos anos e no qual depositava a maior confiança, lhe relatou que o padre com sua mulher estavam praticando atos que não deviam praticar. (...) Algum tempo durou aquela espionagem, sem resultado, até que quis certificar-se e, para isso fez uma

viagem simulada e, voltando logo foi encontrar o padre em flagrante delito de adultério. O ouvidor ficou alucinado: em vez de atirar com o padre da sacada à rua, tresvariou e atirou-se pela janela, fraturando uma perna. A mulher tentou explicar às pessoas que visitavam o doente que estando ella se *confessando* com o padre, o ouvidor tivera um ataque de loucura. Agravando a moléstia do ouvidor, foi ele para a casa do correspondente, no Rio de Janeiro, seguindo de Campos em liteira. Havia em frente à casa do correspondente, que no Rio de Janeiro recebia o açúcar do ouvidor, um armazém de molhados, pertencente a uma viúva que há pouco tempo se havia casado com um médico chamado Francisco José Alypio, o qual desde o tempo de estudante ali morava (...)

Feydit continua, como se estivesse instruindo um processo na delegacia, e desconfia de que o jovem médico poderia ter encomendado a morte do negociante para logo após casar-se com a viúva rica. E todo preâmbulo foi para que o escritor explicasse que o citado jovem médico fora chamado para cuidar do ouvidor que, no entanto, não suportando a grave enfermidade, acabou falecendo. E cita: *“Não podendo salvar o marido, procurou consolar a viúva e veio com ela para Campos, trazendo também a família, composta de mulher e dois filhos”*. Eis o relato:

“(...) Chamava-se a mulher do doutor, dona Jacintha. A viúva do ouvidor coloca a família do médico na Fazenda da Lagoa de Cima e ele na fazenda Grande. Passa escritura da metade da fazenda da Barra da Lagoa de Cima ao doutor Alypio, com condição verbal tratada entre ambos, de ele não ir à fazenda onde se achava a esposa, senão de passeio e sempre em sua companhia. O médico concordou pensando poder facilmente infringir este pacto. A mulher do médico, não querendo sujeitarse a essa humilhação, começou a odiar o marido, e

o tratava com o maior desprezo. Na fazenda de Barra da Lagoa de Cima trabalhavam dois moços: um serrador branco, e outro pardo, de nome Rosas, o mateiro. A esposa do médico, despeitada com o marido, tratou de vingar-se tornando-se infiel; principiou a tratar com um amor mais que fraternal ao moço serrador, que se chamava Manoel Francisco da Silva, vulgarmente o Neco, como era conhecido. Dessa falta começou dona Jacintha a sentir as conseqüências. Ela sentia que uma nova vida se movia em seu seio e a sua vida dependia daquela vida (...)

O escritor deixa antever, por opinião própria e sem outros *Orávio Soares* embasamentos, que dona Jacintha pretendia fazer um aborto, para não se expor diante do marido médico e da sociedade. Depois coloca em cena um outro personagem, o doutor José Gomes da Fonseca Parahyba, segundo ele *“colegas formados pela Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro”*:

“Ambos clinicavam em Campos e eram os redatores e proprietários do “Campista”, jornal que em 1834 se publicava na Tipografia Patriótica de Parahyba & Alypio, na rua do Conselho 94. No dia 21 de dezembro de 1834, o dr. Alypio vai à fazenda da Barra da Lagoa de Cima ver a mulher e os filhos; ai esteve até as 4 horas da tarde; sentado no eixo de um carro que, com uma só roda, estava para consertar; à porta do engenho, conversava com o feitor sobre negócios da lavoura, enquanto esperava o cavalo que um moleque havia ido pegar. Tardando este, o feitor o foi chamar. O doutor ficou só. Junto ao engenho havia uma estacada ou cerca de paus a pique que servia para resguardar o terreiro, onde se secava o milho, feijão e açúcar. Essa cerca era toda coberta de maracujazeiros. O assassino, por detrás dela, dá-lhe um tiro à queima roupa; as buchas e a bala atravessaram a espinha e o doutor Alypio deixou em poucos instante de existir (...)

O corpo foi levado para a vila e depois das providências e autópsia foi o cadáver enterrado. Dona Maria Custódia Cabral mandou fazer ao morto grandes exéquias e cobriu-se de luto e a mulher do médico assassinado, dona Jacintha, foi presa por alguns dias na cadeia, sendo libertada logo após por falta de provas. Mas, pouco tempo depois, segundo Feydit, ela se casava com o serrador Manoel Francisco da Silva, o Neco. O interessante é que dona Maria Custódia Cabral, logo depois do crime, viajou ao Rio de Janeiro em companhia do doutor José Gomes da Fonseca Parahyba e voltam de lá casados. O escritor fala sobre os boatos:

“(…) Os contemporâneos davam a autoria do assassinato de formas diversas: uns diziam que dona Maria Custódia fora a mandante; outro, que fora o doutor Parahyba, para casar-se com esta, o que se efetuou pouco dias depois da morte de Alypio. De combinação com o moço serrador, o Neco, mandaram o mateiro, de nome Rosas, executar o crime. Esses eram os boatos que com insistência circulavam entre os campistas e tal corpo tomaram que, tendo o Imperador D Pedro II de vir a Campos, o doutor Parahyba fez preparar o palacete, onde hoje se acha estabelecido o Hotel Gaspar para recebê-lo; mas o Imperador, sendo avisado do que constava em relação ao assassinato do doutor Alypio, não quis se hospedar naquele palacete no ano de 1847 (…)”

Todos os mistérios, no entanto, sobre as causas da morte de Francisco Alypio, nunca foram dissipados, segundo relata o autor de “Subsídios...”, para quem, em 1856, 22 anos depois do crime, quando se apresentou ao juiz municipal João de Souza Nunes Lima, o indigitado assassinado, Rosas, o mateiro, requerendo para que o juiz mandasse julgar a sua prescrição, visto fazer mais de 20 anos que havia feito o assassinato. Nesse ponto o escritor faz suas considerações finais:

“(…) Declarou: que Neco, o serrador, fora quem lhe mandara fazer o crime dando-lhe 5:000\$000 e prometendo-

lhe dar mais um sitio, o que cumpriu dando-lhe o dinheiro para o comprar. Que Rosas foi o assassino, não resta a menor dúvida, mas que Neco por sua conta lhe desse cinco contos, isso não é crível. (...) Que necessidade tinha ele de assim proceder? Como crer que um pobre serrador braçal, que em 1834 ganhava no máximo 500 réis por dia, tivesse cinco contos para pagar ao mandatário? Seria a mulher do doutor Alypio que dera os cinco contos para ser assassinado o marido? Não, porque Alypio não era rico e até a metade da fazenda, depois de sua morte fora arrematada em praça pública para pagamento de dívidas. É de se supor que outra pessoa mais abastada fosse a fornecedora dessa soma e, querendo arredar de si a autoria desse fato delituoso, pagasse ao assassino para vir em juízo lançar sobre outro o labéu de mandante de um crime que, por muito tempo, trouxe suspenso o espírito público, e ainda hoje é um enigma não decifrado”.

O jornalista e escritor Gastão Machado (“Os Crimes Célebres de Campos”), Ind. Gráficas Atlas, Campos dos Goytacazes, 2ª Edição, 1965), segue o mesmo eito dedutivo de Feydit, só que, como teatrólogo, procurou romancear as relações entre os personagens, inclusive criando diálogos. Só que, no capítulo da participação do doutor José Gomes da Fonseca Parahyba, ele deixa antever que este mantinha um romance com a mulher de seu sócio Francisco José Alypio, antes de sua morte.

Gastão (pp.103-113) amplia a suspeita de que Parahyba poderia ser o mandante da morte do sócio por dois motivos: para ficar com parte da sociedade na tipografia e no jornal e, também e, sobretudo, com sua mulher, “*traindo o melhor amigo, já que foram colegas do curso feito na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro*”. Outro suspeito, que praticamente desaparece da história é o padre José do Desterro, jovem teólogo de 28 anos de idade à época e tio de Maria Custódia Cabral que, depois do escândalo, segundo o escritor, “desapareceu da Vila e nunca mais foi visto”.

Múcio (p.18), no entanto, deixa antever que o repórter e sócio do “Campista” fora vitimado por causa de suas opiniões políticas, porque muitos gostariam de pôr termo à vida de “*um valoroso jovem voltado para a medicina e para as lides jornalísticas*”.

Polêmicas à parte, o bom é sentir que, desde o início de sua história, o “Monitor” faz parte do contexto de defesa do direito de expressão, embora, em alguns momentos, fosse claramente favorável às classes dominantes, principalmente nos embates da abolição da escravatura, quando se colocou ao lado dos escravocratas.

Foi, inclusive, o único jornal a publicar notas de fugas e vendas de escravos e, também, abrir espaços para o escravocrata Raimundo Alves Moreira, o famigerado Barbaça, ao se colocar contra a 2ª Conferência Abolicionista, no Teatro Empyreo, a 27 de junho de 1884, promovida pelo abolicionista Luiz Carlos de Lacerda, proprietário do Jornal “25 de Março”¹⁰, bem como contra as conferências de José do Patrocínio, nos dias 13 e 15 de Março de 1885, no Teatro São Salvador.

Tudo isso, no entanto, não desmerece a grandeza do jornal, ressaltando-se sua política editorial como reflexo do tempo, pelo registro histórico do Brasil nos últimos 170 anos, marcando, de forma decisiva, suas transformações, com destaque para Campos dos Goytacazes, presente, em termos de avanços e recuos no desenvolvimento, em suas páginas, sendo importante ressaltar algumas instâncias.

O “Monitor” marca as lutas abolicionistas, os crimes célebres do município, a passagem, várias vezes, do Imperador Pedro II, da Princesa Isabel e do Conde D’Eu. Os gestos de bajulamentos da aristocracia rural para com a família imperial, os desatinos das elites com a perda da mão obra escrava, a República e o renascimento da cidade sob o signo do verde dos canaviais e das chaminés fumegando e derramando na planície sua

fuligem como o confete enegrecido do progresso.

Está no “Monitor” o instante especial da inauguração da energia elétrica, no dia 24 de Junho de 1883, a primeira comunidade da América Latina a obter esta inovação tecnológica, antes mesmo que a maioria das cidades americanas e européias. Tudo como frutos do desenvolvimento e porque os engenhos tocados a vapor precisavam ser substituídos por alguma coisa que lhe assegurasse o aumento da produção.

O “Monitor” informou, embora com dificuldades, as questões da primeira guerra mundial, a queda da bolsa de Nova Iorque, a queima dos cafezais e os investimentos de uma sociedade que não obteve a moratória para pagamento de suas dívidas. Abriu manchete para anunciar o fim da II Grande “Orávio Soares Guerra Mundial e a hegemonia do capitalismo nas mãos insensíveis do Tio Sam. O “Monitor Campista” foi adquirido pelos Diários Associados, em 1936, expressando o desejo do seu então presidente, Assis Chateaubriand, de possuir os três mais antigos jornais em circulação no Brasil – o “Diário”, de Pernambuco; o “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro; e o “Monitor Campista”, de Campos dos Goytacazes.

O jornal realizou várias campanhas de nível nacional, como “O Petróleo é Nosso” e o “Dê Asas ao Brasil”, estimulando o desenvolvimento da aviação civil, redundando na criação de vários aeroclubes no país, inclusive o de Campos, inaugurado no dia 10 de junho de 1941, com o apoio do Rotary Club de Campos, durante a gestão dos presidentes drs. Camilo de Menezes (1940-41) e Mário Ferraz Sampaio (1941-1942), ainda em funcionamento e prestando relevantes serviços à sociedade. Nesse sentido, por ser muito difícil enumerar seus melhores momentos nestes 170 anos, pode-se afirmar que as páginas do “Monitor Campista” encerram a própria história do Brasil.

Bibliografia

Paixão, Múcio, “Movimento Literário em Campos”, Rio de Janeiro, Typ. Do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C. 1924.

Mendonça, Alceir Maia, “História da Eletricidade em Campos”, Gráfica Editora Lar Cristão, Campos, 1993.

Carvalho, Waldir Pinto de, “Campos Depois do Centenário”, Edição Particular, Campos, 2000.

Souza, Horácio, “Cyclo Áureo”, Artes Gráficas da Escola de Aprendizes Artífices, Campos, 1935.

Soares, Orávio de Campos, “Muata Calombo – Consciência e Destruição”, dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

Feydit, Júlio, “Subsídios para a história de Campos dos “Goytacazes”, Editora Esquilo Ltda. Rio de Janeiro, 1979.

Guimarães, Theofilo, “Subsídios para a história do jornalismo em Campos”, Rio de Janeiro, 1927.

Lamego, Alberto Ribeiro, “Planície do Solar e da Senzala”, Rio de Janeiro, 1937.

Rodrigues, Hervé Salgado, “Campos - Na Taba dos Goytacazes”, Imprensa Oficial, Niterói, 1988.

Machado, Gastão, “Os Crimes Célebres de Campos”, Ind. Gráficas Atlas Ltda. Campos dos Goytacazes, 2ª Edição, 1965.

política editorial era voltada para a Independência do Brasil.

⁵ Uma referência ao canadense Marshal McLuhan, o primeiro cientista a falar dos efeitos da globalização. mercantis ou industriais.

⁶ Nascido em Porto (Portugal) nos fins do século XVIII, era professor e advogado. Mas, segundo Teixeira de Melo, a imprensa foi sua paixão. Fez parte dos primeiros momentos do Monitor, de Eugéne Bricolens, atuando ao lado do brilhante Dr. João Francisco da Silva Ultra, considerado este como o fundador do teatro não empresarial em Campos.

⁷ O atual Museu Barbosa Guerra, proprietário dos primeiros números de vários jornais editados em Campos dos Goytacazes, homenageia hoje seu criador. Originalmente, o museu tinha o nome de Silva Arcos, em honra ao fundador do primeiro jornal impresso da cidade. O segundo jornal foi o “Pharol Campista”, dirigido por Prudêncio Bessa.

⁸ Embora o escritor e geólogo campista Alberto Ribeiro Lamego, em seu livro “A Bacia de Campos na Geologia Litorânea do Petróleo” (Boletim da Divisão de Geologia e Mineralogia), tenha, nos anos 30, confirmado, cientificamente, a existência de petróleo na região do Farol de São Tomé, o óleo somente jorrou no dia 22 de novembro de 1974 e a concessão dos royalties, base do desenvolvimento da cidade nos últimos 20 anos, aconteceu em 27 de dezembro de 1985. O então presidente José Sarney esteve em Campos dos Goytacazes, juntamente com o senador Nelson Carneiro, para anunciar a boa nova. A produção de mais de um milhão de barris/dia representa hoje mais de 90% de todo petróleo produzido no Brasil.

⁹ Autor do livro “Subsídios para a História do Jornalismo em Campos”, editado em 1927. Em 1900 ele lançou a idéia da criação de uma Escola de Jornalismo em Campos, considerando o grande número de jornais circulando na cidade. *“A cogitação não teve em mira outro escopo senão fazer de cada diretor de jornal – dentro da Constituição e sem abdicar de sua razão – um regulador moral das questões que se deblaterassem nos entrefios de sua gazeta (...) De qualquer forma, porém, a tentativa visava um bem comum, pela pressuposição de que os diplomados por aquela escola procurariam manter, por todos os meios e modos, a honra e a moral de seus títulos (...)”*

¹⁰ O Jornal – “25 de Março” era abolicionista e opositor da política editorial do “Monitor Campista”. Os escravocratas, por diversas vezes, determinaram o empastelamento do jornal de Luiz Carlos de Lacerda, cuja importância na abolição dos escravos é considerada igual ou superior a de José do Patrocínio.

¹ Faculdade de Filosofia de Campos

² Manoel Múcio da Paixão Soares, filho de portugueses, nasceu em Campos dos Goytacazes em 15 de abril de 1870 e faleceu em 23 de Dezembro de 1926. Foi professor de História do Liceu de Humanidades de Campos, primeiro deputado estadual na primeira Constituição Republicana, pelo Partido Operário, e fundador da Associação Caixeiral de Campos (hoje Sindicato dos Empregados no Comércio de Campos).

³ Guimarães, Theofilo, (“Subsídios para a História do Jornalismo de Campos”, Rio de Janeiro, 1927) assinala, no entanto, que o Correio Constitucional Campista é de 1831 e que antes dele já existiam os jornais “O Goytacaz” e “Pharol Campista”.

⁴ O escritor Múcio da Paixão se refere ao jornalista Hypólito José da Costa, que publicava, em Londres, o jornal “Correio Brasiliense”, cuja